



## ATA

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães para a segunda reunião da sessão iniciada no dia quinze de dezembro, no Auditório da Universidade do Minho, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Cristina Patrícia Lemos Fernandes, com a seguinte Ordem de Trabalhos.-----

IMPOSTOS-----

**7 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO DE 2023.**-----

**8 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2024.**-----

**9 - DERRAMA SOBRE A COLETA DE 2023 (A COBRAR EM 2024).**-----

CÂMARA-----

**10 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES.**-----

DIVERSOS-----

**11 - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO MONTANTE DE €19.000.000 – ALTERAÇÃO AO CONTRATO.**-----

REGULAMENTOS-----

**12 – REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES.**-----

**13 – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – ANO DE 2024.**-----

PROPOSTA REGULAMENTO-----

**14 – REGULAMENTO MUNICIPAL DO PARQUE HABITACIONAL DO**

**MUNICÍPIO E ATRIBUIÇÃO EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO E ARRENDAMENTO PARA SUBARRENDAMENTO.-----**

**15 – MEDIDA “EMPREENDE XXI” - REDE DE INCUBAÇÃO MUNICIPAL SET.UP GUIMARÃES – REDUÇÃO DE TAXAS PELOS SERVIÇOS DE INCUBAÇÃO NAS INCUBADORAS MUNICIPAIS. -----**

**EDUCAÇÃO-----**

**16 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS. -----**

**SAÚDE-----**

**17 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE - APROVAÇÃO DO AUTO DE TRANSFERÊNCIA – RATIFICAÇÃO.-----**

**PATRIMÓNIO-----**

**18 -AQUISIÇÃO DA ANTIGA FÁBRICA DA MADROA – INSTALAÇÃO DA LOJA DE CIDADÃO E CENTRO DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE NOVA GERAÇÃO.-----**

**19 - VITÓRIA SPORT CLUBE - INSTALAÇÃO DO MODATEX - ARRENDAMENTO E SUBARRENDAMENTO. -----**

**CONTRATOS PROGRAMA-----**

**20 - CONTRATO PROGRAMA A OFICINA – 2024. -----**

**21 - CONTRATO PROGRAMA TAIPAS TURITERMAS – 2024.-----**

**22 - CONTRATO PROGRAMA TEMPO LIVRE – 2024.-----**

**23 - CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA TURIPENHA – 2024. ----**

**24 - CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA FRATERNA – 2024.-----**

**25 - CONTRATO PROGRAMA COM A LABORATÓRIO DA PAISAGEM DE GUIMARÃES – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ANO DE 2024.-----**

**26 - CONTRATO PROGRAMA COM A CURTIR CIÊNCIA - ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE GUIMARÃES – 2024.-----**



ENTIDADES PARTICIPADAS-----

**27 - CONTRATOS A CELEBRAR COM A CASFIG, EM UNIPESSOAL LDA. – 2024.**

**28 - VIMÁGUA EIM SA - ALTERAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA A CELEBRAR ENTRE OS MUNICÍPIOS DE GUIMARÃES E VIZELA E A VIMÁGUA APROVADA PELOS ÓRGÃOS DOS MUNICÍPIOS EM ABRIL DE 2023.**-----

**29 - VITRUS AMBIENTE, EM. SA – TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DE BENS – AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL.** -----

**30 - VITRUS AMBIENTE, EM. S.A. - DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO PARA O BIÊNIO 2023/2024 – RATIFICAÇÃO.**-----

FREGUESIAS-----

**31 - FREGUESIA DE AZURÉM - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 17 DE ABRIL DE 2023.**-----

**32 - FREGUESIA DE ATÃES E RENDUFE - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 23 DE MARÇO 2023.**-----

**33 - FREGUESIA DE SELHO SÃO CRISTÓVÃO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 23 DE MARÇO DE 2023.** -----

**34 - FREGUESIA DE GUARDIZELA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO.**-----

**35 - FREGUESIA DE FERMENTÕES - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.**-----

**36 - FREGUESIA DE SANDE SÃO MARTINHO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO / DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.**-----

**37 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO.** -----

**38 - FREGUESIA DE ATÃES E RENDUFE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO / DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.**-----

**39 - FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO.**-----

**40 - FREGUESIA DE SÃO TORCATO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO.**-----

- 41 - FREGUESIA DE SÃO TORCATO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS. -----**
- 42 - FREGUESIA DE MESÃO FRIO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.-----**
- 43 - FREGUESIA DE LEITÕES, OLEIROS E FIGUEIREDO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO. -----**
- 44 - FREGUESIA DE CONDE E GANDARELA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO. -----**
- 45 - APOIO ÀS FREGUESIAS PARA GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS PARQUES INFANTIS PÚBLICOS MUNICIPAIS.-----**
- 46 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA REFORÇO DE APOIO OPERACIONAL NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO BÁSICO. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----**

**47 – APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----**

Pelas **vinte e uma horas e vinte minutos** foi declarada **REABERTA A SESSÃO**.  
**Estiveram presentes os seguintes membros: Eleitos diretos:** (PS) - José João Torrinha Martins Bastos, Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Jorge Manuel Costa Nunes, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Elsa Cristina Silva Ribeiro, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, David José Gonçalves Faria, Elvira Matos da Silva Fertuzinhos, Pedro Manuel da Silva Mendes, Clara Sofia Abreu Barros, Francisco da Costa e Silva, Maria José Teixeira Martins, Francisco José Mendes Pereira, Dionísio Cardoso Ribeiro e Anabela Cardoso Castro; (PSD) – Ana Paula Cardoso Lemos Damião, César Nuno da Costa Teixeira, André Faria Ferreira, Ana Margarida da Costa Teixeira, André Filipe de Castro Sousa Casalta, Manuel José Araújo Ribeiro e Carlos Vítor da Cunha Gonçalves; (CDS-PP) - Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria e Paulo



Miguel Lima Peixoto; (CDU) - José Manuel Torcato Ribeiro, Inês Alves Rodrigues e João Vítor Salgado Almeida; (CH) - André Filipe Mendes de Castro Almeida; (BE) – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro; (IL) – Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos. -----

**Inerência do cargo de Presidente de Junta:** Martinho Eurico Martins Fernandes – PSD, José de Castro Antunes – PS, José Luís Oliveira Pereira – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, José Inácio da Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Caldelas) – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS; Vítor Duarte da Cunha Matos Pereira – CDS-PP, António Martins Gonçalves – PSD, António Gonçalves Vilela – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, José Pereira da Silva – PS; Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS; Domingos Vaz Peixoto – PS, Maria Manuel Magalhães Ferreira da Costa e Silva (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Polvoreira) – PS, Serafim Lopes Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte) – PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, Raquel Susana Fernandes Oliveira (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato – PSD, Marta Filipa da Silva Gonçalves – PS; António José da Silva Ribeiro – PSD, Nelson Cristina Gonçalves Ferreira – PS, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS; Luís António da Silva Costa Abreu – PS, Tiago José Xavier da Silva – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Diogo António Alves Costa – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, Flávio Romeu de Sousa Freitas – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Carlos Manuel Abrunhosa Borges –

PS, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Tiago João Matos Rodrigues – PSD, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Manuel Fernando Alves Cardoso – PS e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS.

**Ausências inferiores a trinta dias: Membros** - Maria da Conceição da Cunha e Castro, Augusto Rafael Capela Duarte, Maria Joaquina Oliveira Antunes, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Sandra da Luz da Cunha Martins, Augusto Rafael Capela Duarte, Ana Sofia Rodrigues Teixeira, Margarida Pinheiro Pereira, Rui Armindo da Costa Freitas, Célia Maria Abreu Magalhães, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, João Martins da Cunha, Catarina de Freitas Marques, Nuno Ricardo Teixeira de Carvalho, Ana Francisca da Cunha Monteiro, Alberto Manuel Gonçalves Mota, Diana Catarina Oliveira da Silva, Manuel Fernando Alves Cardoso, Tiago Vieira Laranjeiro, Idálio Manuel Pereira Oliveira, Vasco Manuel Azevedo Marques, Carlos Jorge Caneja Amorim, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, Emídio Guerreiro, António Alberto da Costa Martins, Emídio Guerreiro e António Martins Gonçalves. -----

**Ausência inferior a trinta dias – Vereação** – Vânia Dias da Silva.-----

**Faltaram os seguintes membros:** Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Alexandre Santos Gonçalves Ferreira, Eugénia da Conceição Pereira da Silva, Carlos Miguel Marques de Castro, André Guimarães Coelho Lima, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, José Pedro Ribeiro Salazar, Susana Manuela Marques Araújo, Daniel André de Sousa Rodrigues, Isabel Cristina Gonçalves Gomes de Sousa, João Paulo Serra Salazar e Sérgio Alberto Castro da Rocha.-----

A **Câmara Municipal** esteve representada pela Vice-Presidente da Câmara, Adelina Paula Mendes Pinto, e pelos Vereadores, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Nelson José Guimarães Felgueiras, Alice Sofia de Freitas Marques Carvalho Soares, Ana Maria Prego de Faria



Berkeley Cotter, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e João Vicente Ribeiro Salgado. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

IMPOSTOS -----

**7 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO DE 2023.** Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Ano de 2023”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada em vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **8 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2024.**

Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – Ano de 2024”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada em vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **9 - DERRAMA SOBRE A COLETA DE 2023 (A COBRAR EM 2024).** Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Derrama sobre a Coleta de 2023 (a cobrar em 2024)”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada em vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**José Manuel Torcato Ribeiro**, do Grupo Municipal da CDU, disse considerar que o tema dos impostos no território de Guimarães está desatualizado, necessitando de uma revisão urgente no sentido da sua adaptação às novas realidades económicas e sociais. Recordou que, aquando da criação dos

regulamentos municipais de taxas e licenças, a CDU levantou objeções ao estudo contabilístico que serviu de base à fundamentação económica dos aumentos, referindo que a Câmara Municipal nunca procedeu a uma análise criteriosa dos custos que, evidentemente, não são imutáveis, podendo sofrer alterações em função de novas tecnologias e de circunstâncias, acrescentando que, para si, o valor das taxas também deve ser apurado pelo impacto da inflação e pela introdução das novas tecnologias digitais. Acrescentou que a CDU defendeu a atualização e revisão dos referidos regulamentos, tendo em vista a desejável aproximação do valor das taxas a aplicar ao custo real do serviço prestado. Lembrou que, na altura da implementação do estudo base, a Câmara Municipal não dispunha de termo de comparação, mas hoje já existe histórico que permite uma análise mais rigorosa e correta dos valores. Prosseguiu, dizendo estar de acordo com a taxa a aplicar no IMI e com aquilo que se pretende fazer, pois ao contrário do que ouve algumas vezes, esta é uma taxa que tem tido algumas percentagens aceitáveis, pelo que lhe parecia um ajustamento correto. Ainda assim, alertou que a proposta é omissa quanto à justificação dos resultados derivados da aplicação das majorações dos edifícios e prédios que não se encontram atualmente ocupados, salientando a importância de se conhecer o número de prédios urbanos destinados à habitação, do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, que beneficiaram da dedução fixa em vigor, lembrando que existem vários prédios urbanos, degradados há dezenas de anos, alguns do conhecimento municipal, que são prova, mais que evidente, da ineficácia das sucessivas propostas do Executivo do PS no domínio da reabilitação de edifícios habitacionais, que se agravou pela gritante carência de habitação. Recordando que 2023 foi um ano com uma inflação galopante e que teve impactos nas empresas, disse considerar que o limite do lucro tributável para a Derrama, porque não contempla estes





efeitos, deveria ser revisto e atualizado. -----

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “O IMI incide sobre o valor patrimonial dos prédios rústicos e urbanos e representa uma parcela significativa da receita. Na proposta apresentada, e, não obstante estarem previstas reduções ou isenções no Código do IMI que consideramos justas, como o facto da condição económica poder determinar a isenção, bem como a redução para proprietários que arrendem com fim habitacional, propomos a criação de uma redução a aplicar a famílias com um dependente a cargo, com especial atenção para famílias monoparentais. No que toca ao IRS, a devolução proposta por alguns municípios, beneficia principalmente os grandes contribuintes. O IRS é um imposto sobre o rendimento do trabalho, pelo que deve estar relacionado com essa condição e não pelo local onde se habita, sendo que a verba a ser devolvida não é significativa. Pelo contrário, a verba global permite a sua redistribuição através das funções do município. Já a taxa da derrama incide sobre o lucro tributável do IRC pago pelas atividades comerciais. Consideramos que não é politicamente aceitável que hajam municípios que decidam abdicar desta receita. Na prática, os municípios que optam pelo perdão estão a isentar as grandes empresas de impostos que deveriam ser pagos para posterior redistribuição por todos, contribuindo para uma efetiva justiça social. Assim, e face ao exposto, votaremos favoravelmente, propondo que, e no pressuposto de que se todos pagamos impostos e eles devem ser usados para o bem comum, estas receitas sejam usadas na mitigação de um problema concreto do município que é a habitação”. -----

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, do Grupo Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve:

“Sobre o IMI, o único valor que a nível autárquico poderíamos não reclamar seria a taxa mínima permitida por lei. Na verdade, e caso assim fosse com toda a certeza íamos reclamar da lei em si, tal como todos deveriam fazer. Mas sobre esta proposta, embora mais próxima da nossa pretensão, consideramos que há mais caminho a percorrer. Nenhuma cidade portuguesa está perto da nossa realidade: 1 - Não somos sede distrital, diferente de Coimbra; 2 - Somos a segunda cidade mais habitada do Distrito, diferente de Santa Maria da Feira; 3 - Não somos um dormitório, diferente de Vila Franca de Xira; 4 - Não somos o maior polo dinamizador a nível industrial do Distrito, diferente de Famalicão. Contudo, somos próximos noutros pontos, o que não se reflete naquilo que é uma enorme diferença e variação das taxas aqui discutidas comparando com os concelhos supracitados e outros de perfil semelhante. Senhor Presidente, porque é que Guimarães não podemos descer mais o IMI, e aplicar mais isenções? Senhor presidente, foi o coeficiente de localização atualizado em algum local de Guimarães? Sobre a taxa de retenção do IRS, é nos tempos que vivemos em especial, uma obrigação do município abdicar da totalidade dos 5%. Sobre a derrama, Guimarães, cidade que quer crescer, que quer atrair e fica atrás de tanto Concelho. Senhor Presidente, porque não dá sinais claros, aos empresários vimaranenses, de que realmente os quer cá? Porque é que o município é tão intransigente no que diz respeito a este imposto? Faz falta um documento, que acompanhe os que foram facultados. Onde seja claro quantas pessoas tiveram isenção de IMI ou a sua redução e quantas empresas ficam abrangidas pelas isenções e qual isenção”. -----

**Paulo Miguel Lima Peixoto**, do Grupo Municipal do CDS-PP, refletindo sobre a necessidade da cobrança dos impostos para assegurar a promoção de políticas públicas sociais, económicas e de desenvolvimento, para transformar positivamente o território, disse que estes devem ser pedidos



de forma comedida, usados com extremo rigor e a receita deve ser avaliada tendo em conta a sua origem e finalidade. Recordando o período difícil que as famílias atravessam, nomeadamente o aumento das taxas de juro e seu impacto nas rendas de casa, tendo em conta que o IMI passa de 0,33% para 0,32% permitindo arrecadar uma receita, sensivelmente, similar ao ano anterior, questionou: Não seria possível baixar o IMI para o mínimo estabelecido de 0,3%, que se traduzia num reduzido impacto na recolha de impostos e, efetivamente, daria um sinal positivo e de solidariedade com os vimaranenses? Lembrou tratar-se de um imposto de influência direta do Município que poderia ser utilizado para transmitir a todos, especialmente aos jovens, a competitividade e a atratividade para residir em Guimarães. A propósito da proposta de isenção do IMT para a primeira habitação ou para aquisição da habitação por jovens até 35 anos, anteriormente apresentada pelo CDS-PP, e considerando que Guimarães é um Concelho caracterizado por habitação cara, e, sobretudo, pela impossibilidade dos jovens e menos jovens de adquirir casa, ou mesmo arrendamento, disse que é uma responsabilidade do Estado e dos municípios requalificar os inúmeros imóveis degradados e os colocar à disposição dos cidadãos com rendas acessíveis. Referiu, continuando, que a insensibilidade fiscal demonstrada pelo Executivo de Guimarães perante os vimaranenses sobressai, também, na manutenção da taxa máxima do IRS, ao contrário dos outros municípios do Quadrilátero Urbano, o que facilita o afastamento de investidores e trabalhadores. Disse que o CDS-PP não se revê neste tipo de gestão, pois, arrecadar sem olhar à envolvência social e económica do Concelho, arrecadar para manter nas arcas do Município o arrecadado, contribuindo para a transferência significativa e sistemática de saldos de gerência e, simultaneamente, não ajudar os vimaranenses nos seus encargos

financeiros, não parece ser uma política assertiva. Finalizou, anunciando querer contribuir para um Município mais amigo dos cidadãos, das empresas e do investimento, para que, no próximo ano, e atendendo à atual conjuntura que se afigura difícil, possa ajudar os vimaranenses, porque está na altura de se ter, com as famílias e empresas, mais rigor e menos festas. --

**André Faria Ferreira**, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Hoje, 18 de dezembro, tentaremos não fazer um recalque exato da intervenção da bancada do PSD sobre a fiscalidade a 19 de dezembro de 2022. Mas a tarefa parece-me inglória à partida. Mais uma vez ao analisar a execução a 30/11 das receitas fiscais orçadas para o presente ano civil, desta vez não foi um espanto, apenas uma constatação do que por diversas vezes alertamos nesta mesma assembleia. A Câmara Municipal de Guimarães, coleta mais impostos do que aquilo que prevê para o seu orçamento anual. Com apenas 11 meses corridos dos impostos indiretos coletados com o IUC, o IMT e a derrama, a Câmara obteve já em termos absolutos um excedente orçamental de mais de 1 milhão e 500 mil euros. Destes, o caso mais evidente é sobre a Derrama sobre os resultados das empresas. A execução deste imposto indireto é já de 20% acima do esperado pelo orçamento. Perante isto continuamos a fazer as mesmas perguntas do ano transato. “Continuará a fazer sentido cobrar a taxa de derrama reduzida, mais alta do quadrilátero? Porque continuamos a sacrificar as micro e pequenas empresas com mais esta carga fiscal?” Em relação à taxa geral da derrama, as perguntas também se mantêm. Em Guimarães continua a ser aplicada a taxa máxima possível. É assim que queremos atrair empresas que acrescentam “grande valor criativo”, usando palavras do senhor presidente. As propostas do partido social democrata são claras: a eliminação da cobrança de Derrama a empresas com volume de negócio inferior a 150.000€. E uma redução de 0.5



pontos percentuais, para a taxa geral, condicionada a critérios de desempenho com a criação de emprego ou o investimento direto no nosso concelho. Antes que nos chamem irresponsáveis, o excedente orçamental de mais de 1.000.000€ que os senhores apresentam a novembro, só na derrama, chega para esta redução e ainda sobra. Quanto ao IMI, os senhores vendem a plenos pulmões, a descida do imposto municipal sobre imóveis de 0.33 para 0.32. Mas sabem o que em termos absolutos, esta descida de 0.1 pontos percentuais representa, absolutamente nada! Em termos absolutos os senhores arrecadam praticamente o mesmo de IMI em 2024 face ao presente ano. Desta vez não nos irão ver a dissecar a taxa de retenção do IRS do Município. Mas relembro que continuamos na dianteira entre os concelhos vizinhos. São contínuas as notícias de saldos nesta matéria nas redondezas, mas nós insistimos na taxa máxima a reter 5%. Mais uma vez Senhor Presidente, sabemos bem que o que nos separa são questões ideológicas, e de como utilizar este instrumento que a Câmara Municipal tem ao seu dispor para amenizar a quebra de rendimento das famílias e empresas, que nós tanto receávamos, e que infelizmente se veio a verificar. Perante isto apelamos novamente a vossa excelência que clarifique perante esta assembleia qual a estratégia fiscal autárquica deste executivo. Porque é com enorme felicidade que vejo a nossa cidade a ser uma cidade amiga das crianças. Mas em 15/20 anos essas crianças serão jovens. Como queremos fixar estes jovens, quando os asfixiamos com IMT na compra da sua habitação, e concelhos vizinhos os isentam? Como fixamos um jovem em Guimarães quando em Braga ou em Fafe recebe 2% do seu IRS ao final do ano, e aqui nada? É com estas taxas máximas de derrama que queremos atrair e fixar empresas de alto valor acrescentado, e que dão a estes jovens

salários condignos com as suas qualificações? É este o vosso dumping social solidário?” -----

André Faria Ferreira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Nogueira Teixeira Bastos. -----

**Francisco da Costa e Silva**, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Na rubrica Impostos Municipais, em análise, esta lei tem como principais objetivos: A promoção da sustentabilidade local e o equilíbrio financeiro, pela melhor a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, descentralizando competências. Foi, pois, com base nesses princípios orientadores, que o executivo municipal deliberou aprovar as taxas respeitantes aos impostos municipais em discussão e que agora submete à ratificação desta Assembleia Municipal. Relativamente ao IMI: A taxa é de 0,32%. Esta proposta representa uma redução de 29% face ao máximo permitido por lei que é de 0,45%, ficando as taxas propostas próximas do limite inferior que é de 0,30%. Prevendo-se uma receita na ordem dos 19 000 000€. Para a fixação desta taxa, foi tido em consideração, pelo executivo municipal, a previsão da continuidade das dificuldades socioeconómicas das famílias e das empresas, que se prevê vão continuar a enfrentar em 2024 e, considerando também, as estimativas das autoridades acreditadas nesta matéria que, na generalidade, mantêm a previsão da manutenção do clima de instabilidade económico que limitará o crescimento da economia nacional e local, bem como a manutenção de uma taxa de inflação média que se prevê ainda, elevada. Se esta Camara estivesse a cobrar o máximo, arrecadaria mais cerca de 10 milhões de euros. Esta décima significará menos cerca de um milhão de euros de receita para o município. Relativamente ao IRS, também em análise e discussão neste ponto da Ordem de trabalhos: Como decorre da Lei, os municípios têm direito, em



cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal, na respetiva circunscrição territorial. Prevendo-se uma receita na ordem dos 7,8 € da comparticipação do IRS liquidado no Município. Nestes termos, o executivo camarário entendeu, e o grupo parlamentar do PS subscreve, aplicar o limite máximo que a Lei consagra, tendo por base que os recursos gerados por esta medida, terão uma distribuição mais equitativa, e por isso mais justa, por via da aplicação, nomeadamente, das políticas sociais da Câmara consagradas em sede de Plano de Atividades e Orçamento já aprovado por esta Assembleia. Promove-se, desta forma, uma espécie de redistribuição social, que aplicará em benefício daqueles ou daquelas famílias de menores recursos. No que respeita à Derrama Municipal, apresenta o executivo municipal, à ratificação desta Assembleia, a seguinte proposta de taxas: De 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior, superior a € 150.000,00; De 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, para os sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse € 150.000,00. Prevendo-se uma receita na ordem dos 6,5 € na cobrança da Derrama. Tem justificado a Câmara, que a receita com a execução orçamental prevista para a Derrama tem como finalidade, o financiamento da regeneração económica do concelho. Contrariamente ao que possa pensar, esta Câmara não tem qualquer folga orçamental, para os compromissos que temos e para o conjunto de obras estruturantes no âmbito da União Europeia e do PRR. Subir impostos, de todo não, mas por exemplo, para o próximo ano teremos uma baixa do IMI. Se descer agora a derrama, ou o IRS, teria efeitos essencialmente em 2025 e 2026. Seria simpático dizer aos vimaranenses que

vamos baixar o IRS, cortar para metade as taxas e licenças, mas isso era dizer a quem venha a seguir, para suportar a baixa que estamos a fazer, e isso não é prudente nem é correto. Por um lado, importa aliviar ou não agravar a carga fiscal dos nossos concidadãos, e, por outro lado, pelas boas práticas da gestão autárquica: ter a perceção de que, atendendo aos condicionalismos existentes, não é possível ir mais longe em matéria de redução de taxas, sob pena da colocação em risco a execução orçamental. Ainda assim, muito por via destas receitas, não será prejudicada a dotação orçamental que for necessário inscrever para apoios sociais destinados àqueles que, comprovada e efetivamente, mais necessitem, na esteira, aliás, da nossa matriz ideológica. Trata-se, para além do já evidenciado, de redistribuir a receita arrecadada por todos e para todos. Para promover a equidade territorial e a justiça social. A rede social é decisiva e continuará a fazer de Guimarães um território solidário e humanizado. Um maior sentimento de solidariedade e conseqüentemente, uma maior coesão social. Nesta rubrica, Impostos Municipais, dois pontos ressaltam: O valor deste orçamento municipal, que será de 175,3€, e a redução do IMI. Dizem vocês, mas este é o maior orçamento jamais apresentado nesta assembleia Municipal, é verdade, mas devemo-lo ao mérito de gestão e á capacidade desta Camara na captação de fundos europeus. Relativamente ao IMI, como disse o nosso Presidente Dr. Domingos Bragança. Podíamos taxar o IMI até 0,45, mas baixamos de 0,33 para 0,32. Estamos no limiar mínimo deste imposto. Por último, vamos fazer a comparação que os nossos Deputados da oposição, tanto gostam de fazer, com os Concelhos vizinhos. No IMI somos, nos municípios do Quadrilátero, Braga, Famalicão, Barcelos e Guimarães, o que tem a taxa mais baixa”. -----

Francisco da Costa e Silva respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida e André Fraia





Ferreira.-----

**César Nuno da Costa Teixeira**, do Grupo Municipal do PSD, disse ter verificado que, em termos práticos, aquilo que a Câmara Municipal consegue arrecadar é superior àquilo que é orçado, pelo que questionou: Nesta circunstância e com este circunstancialismo, por que é que o Município de Guimarães não baixa os impostos, na medida das suas atribuições e competências? -----

César Nuno da Costa Teixeira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Nogueira Teixeira Bastos e Susana Gabriela Meireles Campos Nunes. -----

**Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos**, do Grupo Municipal da IL, disse que votará favoravelmente a proposta do IMI, que desce de 0,33% para 0,32%, na esperança de que a Câmara Municipal continue a traçar este caminho. Depois, disse que, sendo este o maior orçamento de sempre, é um facto que o Partido Socialista prefere manter a níveis altíssimos os impostos a cobrar aos vimezanenses, numa altura em que a habitação se encontra no estado em que, infelizmente, o se conhece, em detrimento de promover a atratividade e garantir algum dinheiro nos bolsos dos vimezanenses, mantendo o valor da coleta do IRS no máximo. Não bastando as burocracias nas legalizações de novos empreendimentos ou de ampliações, lamentou que o Executivo Municipal prefira continuar a não apostar na atratividade empresarial, mantendo a taxa máxima na derrama, pagando o grande, médio e pequeno empresário. Neste âmbito, sugeriu que se iniciasse a isenção da derrama dos pequenos comerciantes locais. Manifestou a sua preocupação com a perda de competitividade e atratividade do Concelho, acrescentando que é preciso um novo rumo para devolver o poder às pessoas e para capacitar os cidadãos de mais liberdade social, política e

económica. Por último, deixou claro que não existe dinheiro público, o dinheiro é do contribuinte e faz muita falta a quem o produziu, a quem cá vive e a quem quer continuar cá a viver. -----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Nogueira Teixeira Bastos. -----

A resposta de Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, conduziu **Pedro Manuel da Silva Mendes** e **Susana Gabriela Meireles Campos Nunes**, ambos do Grupo Municipal do PS, a protestar pelo facto de ter proferido termos menos próprios ao Grupo Municipal do Partido Socialista, como “roubar” e “dissimular”. -----

Nesta sequência, **Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos**, contra protestou informando não ter utilizado esses termos numa ótica de desacreditar ou pôr em causa a postura de José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, de quem tem grande consideração.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** começou por reiterar o que foi dito por Pedro Manuel da Silva Mendes, acrescentando que a utilização de termos demasiado fortes são ofensivos quando dirigidos a pessoas capazes, que pensam bem, que olham para a justiça social, para os valores e que sabem refletir, merecendo, por isso, o devido respeito, mesmo não se concordando com as suas opções. Prosseguiu, referindo que o Orçamento da Câmara Municipal é muito mais do que a receita dos impostos, reconhecendo, porém, que essa receita é fundamental tendo em conta aquilo que se pretende contemplar na despesa. Lembrando o gasto suplementar da Câmara Municipal, onde se incluiu a descentralização de competências, em diversas áreas, nomeadamente, na área social, educação, cultura e mobilidade, clarificou que não há folga orçamental como se tentou fazer crer em intervenções anteriores. Disse, ainda, que há um cuidado rigoroso em tudo aquilo que a Executivo Municipal faz e em tudo aquilo que



despende. No que toca ao IMI, considerou que a Câmara Municipal deu um sinal significativo ao descer a taxa de 0,33% para 0,32%. Sobre os impostos ligados à habitação (IMI e IMT), anunciou que no Regulamento de Promoção da Habitação, que já se encontra concluído para aprovação do Executivo Municipal e Assembleia Municipal, encontrar-se-ão as respostas relativas a essa matéria. No que toca à taxa da derrama, que se mantém inalterada, considerou não estar em causa valores significativos, porque é uma taxa aplicada apenas ao lucro que as empresas obtêm. Sobre o IRS, lembrando que é um imposto aplicado sobre o valor do trabalho e que tem escalões, informou que grande parte da população, infelizmente, não paga IRS devido aos baixos salários que auferem, mas que é importante arrecadar receita para garantir a ajuda necessária que esta franja de população possa precisar. -----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, André Faria Ferreira, César Nuno da Costa Teixeira, Paulo Miguel Lima Peixoto e André Filipe Mendes de Castro Almeida. -----

A Assembleia **DELIBEROU** da seguinte forma: -----

**APROVAR o ponto 7** por maioria, com **65 votos a favor** (21 eleitos do PS, 35 presidentes de junta do PS, 3 eleitos do CDS-PP, 1 presidente de junta do CDS-PP, 3 eleitos da CDU, 1 eleita do BE e 1 eleito da IL) e **19 votos contra** (7 eleitos do PSD, 11 presidentes de junta do PSD e 1 eleito do CH). -----

**APROVAR o ponto 8** por maioria, com **60 votos a favor** (21 eleitos do PS, 35 presidentes de junta do PS, 3 eleitos da CDU e 1 eleita do BE) e **24 votos contra** (7 eleitos do PSD, 11 presidentes de junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP, 1 presidente de junta do CDS-PP, 1 eleito do CH e 1 eleito da IL). -----

**APROVAR o ponto 9** por maioria, com **60 votos a favor** (21 eleitos do PS, 35 presidentes de junta do PS, 3 eleitos da CDU e 1 eleita do BE) e **24 votos**

**contra** (7 eleitos do PSD, 11 presidentes de junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP, 1 presidente de junta do CDS-PP, 1 eleito do CH e 1 eleito da IL). -----

CÂMARA -----

## **10 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE**

**GUIMARÃES.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal o relatório da atividade da Câmara Municipal de Guimarães, no período compreendido entre um de setembro de dois mil e vinte e três e trinta de novembro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A nota genérica do relatório de atividades, começa por demonstrar o orgulho no caminho feito por Guimarães no resultado da candidatura a Capital Verde Europeia e o quanto o júri elogiou o empenho de Guimarães num futuro sustentável e na neutralidade climática a atingir em 2030. Talvez imbuído por essas palavras, Domingos Bragança, anunciou de imediato que será apresentada nova candidatura já no próximo ano. A notícia do insucesso da nossa candidatura tem que entristecer todas e todos os vimaranenses que gostariam de ver o nosso concelho galardoado. No entanto, devemos retirar lições para futuro. Perceber autocriticamente o que falta a Guimarães para ser um exemplo de sustentabilidade e de política ecológica. Ponderar seriamente os prejuízos ambientais de cada ação do município no território. Inovar na vanguarda do combate à emergência climática. E esta priorização política da área ambiental não se constrói com candidaturas sobre candidaturas, numa ânsia de reconhecimento, como se demonstrássemos ao país e à Europa desespero para recebermos a distinção. Constrói-se com este processo reflexivo, ponderado e atento a cada dimensão da política ecológica municipal, não pela vontade de glória, de colecionar prémios e



distinções, mas porque a transição climática é um desígnio civilizacional das nossas gerações. Anunciar uma nova candidatura no dia do anúncio dos resultados da anterior, jogando na insistência, não permite a digestão da derrota. Se a política do município continuar esta rota de candidaturas em catadupa, eventualmente Guimarães será Capital Verde por via das probabilidades, por saturação ou por fortuita disposição favorável da concorrência, mas perguntamos, valerá a pena? Valerá a pena correr atrás de um “El Dorado” quando há tanto no nosso território para resolver primeiro, quando, por exemplo (e não perdendo oportunidade para lembrar estas questões) o município se prepara para uma agressão ambiental ao território através do “elefante branco” da via de acesso ao AvePark e da revisão do Plano Diretor Municipal onde são cada vez menos as áreas destinadas para área verde e florestal? Valerá a pena almejar ano após ano uma distinção que, de tanto insistir, quando chegar não saberá a mais do que um prémio de consolação? Continuaremos a apostar em pequenas conquistas performativas, em ações bonitas no papel e em ecologia festivaleira, como vimos durante a Green Week e o seu espetáculo com 200 drones, ou a pensar estrategicamente uma política ecologicamente pioneira no combate à emergência climática? Cumprindo o nosso papel escrutinador, o Bloco de Esquerda estará atento aos desenvolvimentos de uma nova candidatura e da política ambiental de Guimarães. Nesse sentido, solicitamos à Mesa da Assembleia que requeira ao executivo uma versão em português quer da apresentação da última Candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, quer do relatório do resultado do passado dia 05 de setembro, bem como uma versão do Pacto e Contrato Climático de Guimarães apresentado no dia 15 do mesmo mês, com vista a distribuição pelas forças partidárias desta Assembleia. Intimamente relacionada com a

questão ambiental está a questão da mobilidade. O Senhor Presidente Domingos Bragança esta semana, através de um programa da chancela do “Jornal de Guimarães”, afirmou que espera o regresso do Alfa Pendular ao nosso concelho para breve. É gratificante ouvir finalmente algum tipo de novidade em relação ao estado da política ferroviária em Guimarães, pela qual o Bloco tanto tem lutado, como prova o pedido de reunião com a CIM do Ave que se realizou no passado dia 07 que, como sabemos, nos mantém desconectados com os nossos vizinhos do distrito e com a capital do país. Falar de ecologia e de combate à emergência climática é falar de transportes públicos coletivos. Senhor Presidente, que expectativas tem neste regresso da ligação Alfa Pendular a Guimarães, em que ponto ele está e o que é que podemos esperar para o nosso concelho em 2024 no que toca à ferrovia? Quanto à rede de transportes da Ave Mobilidade, tomamos conhecimento das queixas de munícipes da Vila de S. Torcato relativamente ao mau funcionamento da operadora em determinadas zonas daquela área do nosso território, com atrasos recorrentes e verdadeiramente inibidores da utilização deste transporte no quotidiano. Senhor Presidente, questionamos se está ciente da origem deste mau funcionamento e o que pensa a Câmara Municipal fazer relativamente a este problema que afeta parte da nossa população? Acredita que será com uma rede de transportes públicos ineficiente, que não os serve nas deslocações pendulares, que as pessoas deixarão o carro na garagem e contribuirão para os desígnios ambientais do município? Tudo o resto não passa de canções de embalar!” -----

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Tal como dissemos na passada sexta-feira, reconhecemos a este executivo o esforço feito sobre a questão do ambiente. Contudo, tal como dissemos também, considerámos precipitada a renovação instantânea da candidatura.



Mesmo com todos os pactos, acordos, prémios, reuniões e outros, mesmo com todo o conhecimento adquirido, há que reagrupar antes de reagir. Alguns pontos, que acreditamos que o Plano Municipal para a Ação Climática trará para a discussão, tal como plano municipal do Arvoredo, da Iluminação pública e até relatórios semestrais com dados das intervenções e os seus resultados, serão um bom aumento à capacidade do município de ganhar o prémio. Esperamos por isso que o mais rápido possível haja trabalho feito. Falando novamente em acordos, deixar os nossos parabéns à Associação de Moradores do Bairro da Nossa Senhora da Conceição pela coragem, assertividade e pela postura que adotaram, não contra qualquer órgão nacional ou regional, mas contra a inercia dos sucessivos governos na resposta às reais necessidades dos moradores que representam. Sobre a Educação e o Desporto, gostaríamos de poder falar com dados concretos sobre o que nos preocupa, mas teima em chegar as respostas que o próprio presidente considerou um requerimento. Não queremos acreditar que a Educação esteja pior do que imaginamos, embora todos acreditem que em Guimarães o Caso Lítio seja o Caso Desporto. É desgastante a uma falta de respeito para não falar que existem prazos para responderem a um requerimento de um deputado Municipal. Na cultura, continuamos a acreditar que S. Torcato, terra de cultura secular, merece um espaço dedicado a toda a produção local e à projeção internacional que tem em vários níveis. No geral temos tido uma vasta opção cultural, no centro e vilas, mas não cartazes vastos ou adaptados à projeção Vimaranense. Na saúde, sentimento agridoce, pois com a notícia da construção de uma nova unidade de saúde familiar, em local errado, continua a necessidade de servir o território de forma uniforme. O assunto já discutido nesta Assembleia, mas que não podemos deixar de renovar a nossa desilusão na conclusão do

processo. Sobre a praga das vespas velutinas reforçamos a nossa preocupação ao município, sem abelhas não há humanidade, com vespas não há abelhas pois são inimigos mortais. Fazendo as contas, estes animais são inimigos mortais da humanidade. O combate a este animal é prioritário. Por fim, mesmo que nunca seja o suficiente, o trabalho realizado sobre questão do 25 de Novembro e a eliminação da violência contra as mulheres é de aventura. Contudo a falta de qualquer evento sobre o 25 de Novembro de 75 é de sublinhar. Quando tantos municípios, freguesias e mesmo assembleias regionais já o fazem, em Guimarães continuamos a esconder a história. Senhor Presidente, para quando um evento referente a esta data simbólica e histórica da democracia Portuguesa?” -----

**Manuel José Araújo Ribeiro**, do Grupo Municipal do PSD, informou estar ainda por concretizar a requalificação da centralidade da Vila de Ronfe, obra anunciada na sequência da notícia de que havia um protocolo de colaboração celebrado entre o Município de Guimarães e as Infraestruturas de Portugal para requalificar a EN 206 naquele local, que incluiria, nessa requalificação, a construção de uma ciclovia ao longo desse percurso, sendo esta uma promessa eleitoral do Partido Socialista. -----

**José Manuel Torcato Ribeiro**, do Grupo Municipal da CDU, começou por recordar que a 6 de junho de 2022, em reunião do Executivo Municipal ocorrida na freguesia de Creixomil, respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia que falou sobre a necessidade de realizar obras de beneficiação e requalificação na rua Oneca Mendes, o Presidente da Câmara assumiu colocar a obra como uma prioridade, anunciando, também, que a obra incluiria o embelezamento de passeios, através de colocação de mobiliário urbano. Ainda neste âmbito, lembrando que no orçamento apresentado, aprovado na primeira reunião da presente sessão, constava uma verba de €50.000,00/ano, até 2028, totalizando €200.000,00, destinada à





requalificação da referida rua, disse tratar-se de um valor insignificante para uma obra da dimensão que é necessária, acrescentando que é uma que vai do Cemitério da Atougua até à Pisca, e que, por força de muitas obras relacionadas com fugas de água residuais, pluviais e de abastecimento, se encontra em muito mau estado de conservação, que urge resolver. Finalizou, levantando as seguintes questões: Para quando o término da obra de requalificação da EN 105? Para quando a entrada em funcionamento do passe intermodal? Para quando a resolução do problema do coletor localizado junto ao empreendimento na freguesia de Brito e que ainda se encontra a libertar efluentes nocivos para o rio Ave? Para quando a conclusão da obra da centralidade de Serzedelo? O que motivou a paragem das obras da ponte do Soeiro? -----

**Ana Paula Cardoso Lemos Damião**, do Grupo Municipal do PSD, considerando que para a Câmara Municipal a área da Educação é tão importante e com tanta alocação de recursos, disse não compreender o laxismo com a Biblioteca Municipal Raúl Brandão. Sendo o acesso livre à leitura e a livros uma dimensão importantíssima para os estudantes que não os podem comprar, lamentou o prolongar, ano após ano, do arranque das obras de reabilitação da Biblioteca, cuja necessidade já foi reconhecida pelo Presidente da Câmara, e que se mantêm inscritas nos sucessivos planos e orçamentos. Reiterando a importância do equipamento em causa, disse que urge perceber a razão de as obras ainda não terem avançado. -----

**Paulo Miguel Lima Peixoto**, do Grupo Municipal do CDS-PP, referiu que o relatório de atividades da Câmara Municipal é extenso e basto no elencar de prémios, candidaturas, distinções, eventos e festividades, e suportado por um nutrido orçamento, onde o contributo esforçado, mas injusto, dos vimaranenses não para de aumentar. Considerou a extensão de Couros a

Património da Humanidade o ponto mais relevante da atividade, que saudou, lembrando que, infelizmente, a candidatura a Capital Verde Europeia não obteve o mesmo sucesso, tendo sido adiada, apontando que seria relevante, por razões de transparência, ser conhecido o investimento já realizado nos procedimentos de candidatura e sua continuidade, de modo a comparar com o potencial prémio financeiro que daí possa advir. Referindo prémios e projetos, como o Portugal Smart City Summit, que avalia a qualidade dos projetos de digitalização organizacional das autoridades locais, considerou pertinente saber a razão pela qual o Concelho de Guimarães ficou em último lugar na candidatura aos “Bairros Digitais” e, por conseguinte, sem possibilidade de ser financiado. Continuou dizendo que ressalta à vista o mês da economia, mas que, apesar de todos os congressos, cerimónias e eventos, o principal é entender o que se faz para melhorar, de forma direta, a vida dos vimaranenses. Acrescentou que o CDS-PP não cai na demagogia de deixar que o primeiro mês da economia consiga resolver os problemas dos 10 anos de esquecimento, pelo que gostaria de saber, com mais detalhe, os resultados das intenções de investimento, da estratégia de afirmação das empresas de Guimarães e dos mecanismos de apoio propostos, bem como daqueles que avaliam o interesse em se fixar em Guimarães, ou seja, qual o balanço para os empresários vimaranenses e para todos os que pretendem mais e melhor emprego. Abordando o tema ambiente e biodiversidade levantou as seguintes questões: Quantos projetos se implementaram na incubadora de base rural, no setor primário? Quantos persistem? Quantos postos de trabalho implicaram? Que investimento produziram? Ainda sobre a biodiversidade, designadamente sobre a ameaça da redução de abelhas, sobre a presença das vespas velutinas, nada tendo a ver com as alterações climáticas, perguntou: O que tem sido feito para suprimir os ninhos de vespas velutinas? Quanto ninhos já



foram destruídos? De que modo se pode aumentar a eficácia no combate? Não seria possível que as Brigadas Verdes pudessem identificar e monitorizar essa praga, um dos maiores riscos da biodiversidade? Sobre a polémica da praga dos percevejos, preocupação manifestada pela cidadã que interveio na passada sexta-feira, que interpelou o Grupo Municipal do Partido Socialista, perguntou se existe algum plano para atuar, de forma célebre, não permitindo que o problema se alastre? Por último, constando da atividade da Câmara Municipal muitos eventos e divulgações, disse que o CDS-PP felicita todos os trabalhadores da Câmara Municipal pelo esforço nas referidas atividades, dizendo esperar que também tenham a mesma recompensa financeira do Município, igual àquela que a Câmara Municipal autoriza, como acionista, atribuir aos funcionários da empresa municipal VITRUS Ambiente, porque, afinal, o Natal é quando o homem quer e, já agora, deve ser para todos. -----

**André Filipe de Castro e Sousa Casalta**, do Grupo Municipal do PSD, referindo que o Executivo se propôs promover a utilização da linha férrea atualmente existente para a ligação entre a cidade e o sul do Concelho, aproveitando a infraestrutura nos períodos de subutilização, e que, em 2023, estava previsto que as estações e apeadeiros da linha férrea Guimarães – Porto, situados no território concelhio, após contrato com as infraestruturas de Portugal e a CP – Comboios de Portugal, seriam objeto de requalificação para servirem o transporte de passageiros da cidade até Lordelo, perguntou: Para quando essa requalificação e respetiva promoção deste meio de transporte? -----

**Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos**, do Grupo Municipal da IL, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A Iniciativa Liberal saúda as atividades e projetos dinamizados pela Câmara

Municipal de Guimarães no último trimestre, em particular, o Projeto Educativo de Literacia Financeira nas Escolas, o Torneio de Retórica ou até o Regime de Fruta Escolar. A existência de projetos educativos, como os referidos, são essenciais para sensibilizar as gerações mais novas para uma alimentação saudável, para a participação democrática e para a literacia financeira, portanto saudamos. Reconhecemos, também, a importância dos projetos e ações em torno do Ambiente e da Ação Climática. Aliás, ainda na última sessão de sexta-feira, o Senhor Presidente afirmou convictamente que tem feito um excelente trabalho, tornando tão difícil o exercício da oposição ao longo do seu mandato. Portanto, não podemos deixar de reconhecer o mérito da Câmara Municipal de Guimarães neste tópico, mas ainda assim vou tentar fazer um pouquinho de oposição, mas coisa pouca, não se preocupe. Analisando o Relatório de Atividade, há a referência da apresentação da Estratégia que Guimarães está a iniciar, adotando a Nova Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030. Realçamos a importância de tal estratégia, mas surge-nos uma dúvida: “A Estratégia apresentada por Guimarães está disponível para consulta? Ou foi apresentada apenas para aqueles que tiveram a oportunidade de participar na mesa redonda do encontro nacional ECO Compras Summit?”. O Executivo, também, marcou presença em uma imensidão de iniciativas o que nos leva a uma observação clara, observação essa que já tinha sido feita em sessões anteriores da AM. Quais são as conclusões retiradas de todas essas visitas? No relatório não é perceptível, daí a necessidade de inclusão nos Relatórios de Atividade dos passos concretos dados para a rentabilização das participações do município nas diversas atividades e projetos. Na última sessão da Assembleia Municipal, a munícipe Mónica Dias partilhou com esta Assembleia a sua difícil luta por uma habitação decente junto das instituições competentes. Sem sucesso. O que trouxe a Mónica a



esta Câmara foi a esperança. A esperança de que a sua situação tenha um final feliz. Não sei se reparam, a munícipe foi-se embora no momento em que o Sr. Presidente afirmou que a Câmara tem obra feita e bem-sucedida na área social. Não tem. Nem o Relatório de Atividades é específico quanto aos resultados práticos da ação da Câmara na área social – algo a melhorar. É notório, ao longo dos vários mandatos deste executivo que as áreas prediletas são o Ambiente, Cultura e o Turismo. A construção de uma cidade postal para quem a visita, mas uma cidade que se torna asfixiante para quem cá vive. Uma cidade onde o salário médio não cresce, apesar de tanto investimento com fundos europeus, onde as rendas das casas são insustentáveis, onde a mobilidade e os transportes públicos não servem devidamente a população. É possível fazer mais, os vimaranenses merecem mais”.-----

**Ana Margarida da Costa Teixeira**, do Grupo Municipal do PSD, referindo a necessária obra do Centro Escolar de Azurém, que tem vindo a ser empurrada de mandato em mandato, lembrou que, em julho de 2022, a Vereadora Adelina Paula Pinto tinha anunciado que o licenciamento para entrega do terreno estava em preparação e que já havia o primeiro *draft* do projeto. Assim, e tendo em conta as recentes declarações do Presidente da Câmara que, segundo lhe pareceu, a obra não será para avançar, disse querer ver esclarecida, em definitivo, esta questão. -----

**Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro**, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Já aqui foi salientado aquando da primeira sessão desta Assembleia-Municipal, o percurso que Guimarães tem realizado em diversas áreas consideradas como essenciais para um território que se pretende mais igualitário, mais coeso, e com melhor qualidade de vida para os seus cidadãos. Guimarães

continua a ser um exemplo na forma como tem sido capaz de capitalizar a sua história, e o seu património, adicionando-lhe a camada ambiental, cultural, educacional, económica ou social, mas acima de tudo reconhecendo a importância de deixar como legado um território capaz de se orgulhar do seu passado, que afirme o seu presente, e que vá construindo o seu futuro. Um território mais resiliente, preparado e inclusivo, que conserve o seu património, e que seja capaz de promover o acesso universal à educação, à cultura ou ao desporto, mas também preparado para ser o suporte social dos mais vulneráveis. As atividades que encontramos plasmadas neste Relatório de Atividades, que agora discutimos, demonstram essa capacidade que atrás descrevia, nomeadamente na área cultural e social. Mas, acima de tudo, com a competência de envolver parceiros e associações locais, que muito contribuem para o sucesso da implementação de várias destas ações, e que visam a criação de pontes com a comunidade. E se é verdade que todos os territórios sofrem com a diminuição de alguma participação e envolvimento associativo, a verdade é que este relatório também demonstra que há associações locais ativas, e que continuam a ser essenciais para os objetivos culturais ou sociais, em estreita colaboração com os departamentos municipais, e as suas entidades participadas. A BIG, Bienal de Ilustração de Guimarães, o EntrePalcos, ou o Mucho Flow são disso exemplo, e contribuíram para um trimestre culturalmente ativo. A estes juntemos os já consolidados Guimarães Jazz ou Excentricidades, ou as publicações “Guimarães C Visível” ou “Vedusa”. Uma aposta cultural transversal e diversificada, que visa atingir os diversos públicos-alvo e tornar a cultura de acesso universal, e como fator de coesão territorial, como aliás o demonstra o ExcentriCidades e o impacto que tem gerado nas comunidades locais nas diversas freguesias, ou o IMPACTA que distribui, anualmente, 600 mil euros por entidades de todo território, levando a



Cultura para todos. A Cultura continua a alargar a sua oferta e dinamização, como hoje acontece com o Mercado de Natal, procurando assim cumprir com o seu papel de dinamizador do comércio local, e de Guimarães como ponto de atração turística. Mas o trimestre que aqui discutimos marca definitivamente Guimarães, e o legado que será deixado às novas gerações, pela inscrição da Zona de Couros na Lista do Património Mundial da UNESCO. Um alargamento que volta a significar a capacidade que Guimarães tem demonstrado na reabilitação do seu património, alargando horizontes e respeitando a memória histórica e cultural. Fruto de um trabalho coletivo que a todos deve orgulhar, são agora mais de 38 hectares classificados como Património de todos. De Guimarães, e do Mundo. Mais do que isso, vem realçar a importância que a Zona de Couros teve para Guimarães na sua afirmação industrial, mas também a importância que hoje tem enquanto memória, mas também enquanto espaço de fruição, e espaço modelo e de replicação para os objetivos da neutralidade climática. Da educação, ao turismo ou à juventude muito haveria também para enaltecer, e cujas ações estão vertidas neste relatório. Mas permitam-se sinalizar, o importante conjunto de atividades de âmbito social que aqui estão inscritas. Um território de futuro, é um território que é capaz de cuidar dos seus no presente, sejam os mais velhos, os migrantes, ou mais vulneráveis, sejam aqueles que se constituirão como as gerações que liderarão o futuro. A inauguração da Casa da Caldeiroa, um espaço de acolhimento para crianças refugiadas da Associação de Apoio à Criança, e que teve o apoio do Município de Guimarães é disto um exemplo maior. Uma cidade que tem de ser capaz de garantir igualdade de oportunidades a todos, e de continuar a promover políticas que tenham como objetivo final a concretização dos direitos universais das crianças. Também por isso o conjunto de eventos

realizados sobre a importância das políticas locais na concretização destes mesmos direitos universais, é digno de registo. Uma cidade amiga das crianças, e atenta aos desafios emergentes das comunidades. Já aqui se focou em sessões anteriores, o forte apoio social, através da assinatura de mais de uma centena de apoios financeiros a instituições de solidariedade, e que possibilitarão uma resposta mais abrangente e atenta. Estes, como todos os esforços e atividades que sejam capazes de alertar para a urgência de eliminar a violência contra as mulheres, e que estão inscritos no Relatório de Atividades, serão sempre determinantes para a Guimarães que defendemos. E, mesmo que nunca sejam suficientes, serão sempre mais um passo rumo do território que desejamos. Como dizia Pessoa “Vivemos todos neste mundo, a bordo de um navio saído de um porto que desconhecemos, para um porto que ignoramos: devemos ter. uns para os outros. Uma amabilidade de viagem”. Termino como comecei, com a importância de Guimarães continuar a ser um exemplo em cada uma das áreas essenciais para a vida dos cidadãos, mas, acima de tudo continuarmos a ser exigentes em todos os âmbitos. É, aliás, este o objetivo que todos devemos procurar nas nossas ações diárias. Superando-nos. Procurando a excelência. Há espaço para mais? Então continuemos em busca desse mais. Será sempre este o desafio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. E no caso concreto de Guimarães que sejamos capazes de continuarmos a adicionar camadas de sucesso, fortalecendo a capacidade do território de se inovar e de se reinventar, nunca perdendo o objetivo último de nos tornarmos num território modelo, com boas condições de vida para todos, onde nenhum dos pilares do tripé da sustentabilidade sejam esquecidos. E que seja possível fazê-lo com todos, na cooperação possível, buscando nas divergências dos diferentes atores políticos, o motor para aperfeiçoarmos as diferentes propostas. E porque este é o tempo, os votos de um Feliz Natal





para todos os vimaranenses, e que 2024 seja um ano de concretização dos vossos maiores desejos”. -----

**André Faria Ferreira**, do Grupo Municipal do PSD, usou da palavra para perguntar se a obra de requalificação da EB1 de Penela, na antiga freguesia de Souto Santa Maria, vai avançar no próximo ano. -----

**Maria Adelaide Andrade Silva**, Presidente de Junta de Freguesia de Ronfe, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve:

“O Relatório de Atividades da Câmara Municipal que, aqui, somos instados a discutir é o sublinhado da matriz de atuação deste executivo, reforçando o posicionamento de Guimarães como exemplo, também, na área ambiental. A matriz de desenvolvimento sustentável do território que, desde 2013, o Presidente Domingos Bragança ousou colocar na agenda política, continua a posicionar Guimarães como um exemplo a seguir, e, como aliás, ainda ouvíamos nesta Assembleia Municipal, na última sexta-feira, “como cidade inspiradora para outras cidades europeias”, de acordo com o júri de avaliação da última candidatura a Capital Verde Europeia. Hoje será fácil seguir e concordar com a ousadia do executivo municipal de querer ser exemplo nesta área, mas, mais difícil, foi querer assumir isso mesmo como desígnio municipal em 2013, num objetivo claro de transformar o território e de melhorar o bem-estar dos cidadãos. Mais difícil é sempre ter razão antes do tempo. Este relatório de atividades da CM Guimarães traduz, uma vez mais, esse empenho, que se soube sempre estender da cidade, para as suas freguesias, envolvendo todos os cidadãos. Creio que essa ação transversal será reconhecida por todos os presidentes de Junta de Freguesia, na forma próxima como o Executivo Municipal e todas as suas instituições parceiras têm procurado atuar, reforçando a transformação e coesão territorial. Também por isso, não surpreende a decisão sobre uma nova Candidatura a

Capital Verde Europeia. O relatório do júri não deixa espaço a dúvidas. Guimarães é um exemplo inspirador e a sua resiliência merece ser distinguida, servindo essa distinção como fator preponderante para os novos desafios que surgem, como atingirmos a neutralidade climática até 2030. No próximo ano, completaremos, por exemplo, nove anos de implementação de um programa de Educação Ambiental que chega a todas as escolas, a todas as freguesias, a todos os jovens, e que tem sido fundamental para aumentarmos a literacia ambiental dos cidadãos. A capacidade de mobilização nestas áreas tem ficado bem patente nas distinções do Eco-Freguesias, mas igualmente em todos os momentos de comemoração do ambiente e do desenvolvimento sustentável, como foi prova a última Green Week. Mas aquilo que este relatório nos deixa também evidente é a capacidade de partilha de experiências e conhecimento em que o Município continua empenhado, através do convite e da participação em vários eventos europeus, inclusive na área da energia. Esta é uma das áreas em que Guimarães reconhece a importância da sua atuação, e que será fundamental para atingirmos o objetivo da neutralidade climática. Aliás, o Contrato Climático apresentado no último mês de setembro, na Green Week, demonstra bem a ambição deste objetivo, mas igualmente o caminho que teremos de percorrer, enquanto cidadãos. Só com todos (cidadãos, setor público e setor privado), seremos capazes de diminuir as emissões de carbono, mitigando a nossa pegada e, tal como deixava espelhado o excelente vídeo de promoção da candidatura de Capital Verde Europeia, transformando Guimarães numa Cidade de Um Só Planeta. É evidente que os desafios ainda são muitos, nomeadamente na área da mobilidade. Que obrigarão a transformações que irão mexer com a vida de todos. Também por isso, se saúda o reforço de ações de educação e sensibilização para o público escolar, através do programa de Educação Ambiental PEGADAS e de



outras estratégias plasmadas neste relatório. Será fundamental que, cada um de nós, esteja disponível para mudar, enquanto garantimos as melhores condições de acesso universal ao transporte público. Mas o caminho da neutralidade não se faz apenas com redução das emissões, mas igualmente, com a capacidade de sequestrarmos carbono através do aumento da arborização, e da assertiva gestão dos nossos espaços verdes e áreas florestais. Também, por isso, se saúda o projeto Guimarães mais Floresta dinamizado pelo Município de Guimarães e pelo Laboratório da Paisagem, e o resultado que tem alcançado através da plantação de mais 10 mil exemplares de árvores e arbustos autóctones. Mas, acima de tudo, e no exemplo citado por este Relatório de Atividades, saudamos a capacidade de envolvimento das empresas para este objetivo, através da assunção da sua responsabilidade ambiental e social. Dezenas e dezenas de empresas que têm contribuído para o aumento da cobertura arbórea do concelho, e para o reconhecimento de Guimarães como uma cidade verde. Verde e bem cuidada, como foi uma vez mais reconhecido pelo prémio Green Flag, que voltou a distinguir o município pela gestão dos seus espaços verdes. Este relatório sublinha-nos, também, mais uma boa notícia. O município de Guimarães é, este ano, o único representante português entre as 119 cidades mundiais líderes na ação e transparência climática, de acordo com o Carbon Disclosure Project (CDP). A organização internacional divulgou a lista anual de cidades com um desempenho “A” e Guimarães repete a nomeação de 2022. Refira-se que, das 939 cidades pontuadas em 2023, apenas 13% obteve a melhor classificação, atribuída aos municípios que adotam quatro vezes mais medidas de mitigação e adaptação do que as restantes. Também na gestão de resíduos, continuamos a dar passos importantes para continuarmos a ser exemplo nacional e internacional, como acontece com a

recolha de resíduos orgânicos, ou com a mais recente aposta na recolha dos resíduos têxteis, e que torna Guimarães como cidade inspiradora também neste capítulo. Estes e muitos outros projetos são o resultado de um trabalho conjunto, onde todos têm sido essenciais. Os diferentes departamentos municipais, as juntas de freguesias, ou as empresas municipais e as universidades. Todas, nas suas funções, têm sido capazes de contribuir de forma decisiva para o aumento do conhecimento, da educação, da investigação e da capacidade de gestão nos diversos indicadores ambientais. Volto ao início, e citando o texto do Relatório de Atividades da CM Guimarães “(...) Como conclusão, é dito que “Guimarães convenceu o júri da sua paixão genuína em se tornar neutra e resiliente em termos climáticos, contando com uma envolvente comunidade para tal. A cidade tem assim um elevado potencial para servir de inspiração a outras cidades europeias (...)”. Como verificamos, não somos apenas nós que o dizemos. Não posso deixar de referir o que disse o deputado Carlos Ribeiro, Guimarães é uma cidade de muitas marcas: ambiente, ação social, ciência, educação e cultura. Em Ronfe, tivemos o privilégio de acolher duas residências artísticas uma na área de teatro e a mais recente na área da música. Um espaço de pesquisa de hábitos e costumes da população para a criação de um espetáculo onde todos fazem parte, onde todos se envolvem e participam. Momentos onde pensamos, descobrimos e lembramos a história de Ronfe, assinalamos a nossa singularidade e onde criamos cultura Ronfense. SER AQUI, um trabalho dos Ondamarela com a comunidade de Ronfe, um espetáculo imersivo onde a plateia teve o privilégio de fazer parte e entrar na festa. Em jeito de avaliação: “foi super fixe!” Um agradecimento ao Edil Municipal pelo projeto ExcentriCidade – Outros Palcos Mais Cultura, é um importante centro de cultura que se inovou, que continua o caminho explorando novos palcos, desenvolvendo-se próximos das comunidades não



prescindindo das pessoas para a construção deste processo. Acredito que em conjunto faremos sempre mais e melhor com todos e para todos”.-----

**Manuel José Araújo Ribeiro**, do Grupo Municipal do PSD, pediu esclarecimentos.-----

**Armindo José Ferreira da Costa e Silva**, do Grupo Municipal do PS, fez um **protesto** pelo facto de José Manuel Araújo Ribeiro ter dito que ficou entediado com a intervenção proferida por Maria Adelaide Andrade Silva. Acrescentou que, diversas vezes, também se sente entediado com intervenções vindas do Grupo Municipal do PSD, não deixando de as respeitar. -----

**Maria Adelaide Andrade Silva** respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Manuel José Araújo Ribeiro. -----

**César Nuno da Costa Teixeira**, do Grupo Municipal do PSD, começou por referir que o PSD neste ponto da atividade da Câmara Municipal optou por levantar questões concretas sobre algumas promessas que foram sendo feitas, nomeadamente desde 2013, que estão continuamente plasmadas nos diversos documentos que são apresentados anualmente para aprovação, como é o caso do plano e orçamento, e que, infelizmente, são sucessivamente remetidas para o ano seguinte. Assim sendo, para além das questões levantadas sobre o atraso no início da obra da centralidade de Ronfe, disse que gostaria de obter uma resposta concreta às seguintes questões: Para quando a concretização da requalificação estrutural da Vila de Brito? Para quando o desnivelamento da rotunda na rodovia de Covas, Salgueiral? Para quando as obras no refeitório da EB1 da Cruz D`Argola? Para quando a reestruturação da EB1 de Pevidém? Para quando o novo pavilhão gimnodesportivo na EB2,3 João de Meira? Perguntou, concluindo, quando serão dados passos concretos para que se possa ter uma agência para o

investimento, tão decisiva, importante e fundamental para inverter o estado de situação económica de Guimarães.-----

Cesar Nuno da Costa Teixeira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Nogueira Teixeira Bastos.-----

**A Vice-presidente da Câmara Municipal**, contrariando as palavras de Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, disse que a candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia não foi um insucesso, pois, embora Guimarães seja uma cidade média do Sul da Europa, chegou a disputar a final do prémio, aproveitando para lembrar que Lisboa conseguiu obter o galardão à terceira candidatura e Tallinn à quarta tentativa. Acrescentou que a candidatura a Capital Verde tem um papel essencial no projeto para a sustentabilidade ambiental e permite fazer *benchmarking*, obter dados, cruzar dados e avaliar o trabalho que se vai desenvolvendo, sem grandes custos associados, pelo que o valor de €600.000,00 de financiamento a atribuir não é, por si só, motivador, mas sim o trabalho sólido que Guimarães está a realizar na área ambiental e, também, de difusão do Concelho ao nível europeu. Acrescentou, ainda, que os relatórios referentes às duas candidaturas de Guimarães a Capital Verde Europeia, que não têm avaliação quantitativa, mas que descrevem o avanço de Guimarães nas questões ambientais, encontram-se disponíveis no *site* da Comissão Europeia. Sobre o Alfa Pendular e da utilização da linha de comboio nos apeadeiros do Concelho, lembrou que existem institutos descentralizados do Estado que têm de ser ouvidos e, portanto, é um trabalho que entronca nas Infraestruturas de Portugal, na Agência Portuguesa do Ambiente e na CP – Comboios de Portugal. Sobre os transportes coletivos da Guimabus e da Ave Mobilidade, informou que a Câmara Municipal, através do seu Gabinete de Mobilidade, está a tentar resolver a questão dos passes e reportou às concessionárias a situação das linhas que não estão organizadas. Informou que se encontra



disponível para consulta, no site do Município, toda a informação relativa ao trabalho desenvolvido no combate à vespa velutina, aproveitando para realçar o trabalho de sinalização que é feito pelas Brigadas Verdes e pelas juntas de freguesia. Prosseguiu explicando que a obra da centralidade de Ronfe não avançou devido a questões relacionadas com as obras na EN 206, que ainda decorrem, que não dependem da Câmara Municipal, mas das Infraestruturas de Portugal, recordando outras obras em curso, como a centralidade de Serzedelo e Caldas das Taipas. Acrescentou que a obra da centralidade de Creixomil iniciará em 2024, estando já a Vimágua a proceder à ligação das águas que são necessárias. Transmitiu que a paragem das obras que decorrem na ponte do Soeiro se deveram ao mau tempo que se fez sentir, que dificultou a continuidade dos trabalhos, tal como aconteceu com outras obras no Concelho. Disse concordar com Ana Paula Cardoso Lemos Damião no que diz respeito à deterioração do edifício onde está instalada a Biblioteca Municipal Raúl Brandão, informando que o projeto para a sua reabilitação se encontra na fase final. Contrariando a informação prestada por Paulo Miguel Lima Peixoto, transmitiu que a candidatura de Guimarães ao projeto “Bairros Digitais” foi aprovada e ficou elegível, pelo que garantiu um financiamento de €900.000,00 para trabalhar o projeto. Continuou agradecendo os elogios que foram feitos por Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, aproveitando para anunciar novos projetos no ensino profissional e no secundário e referindo que a nova estratégia nacional para as compras públicas ecológicas é algo que a Câmara Municipal está a trabalhar, de uma forma inovadora, colocando as questões ambientais nos critérios de elegibilidade. Informou que irá solicitar que passe a constar no relatório as participações do Município nas atividades e nos projetos que integre. Sobre a construção do Centro Escolar de Azurém, que reconheceu ser necessária,

informou que aguarda resolução das Infraestruturas de Portugal, que tem a ver com a localização do terreno pensado para esse efeito e sua proximidade à circular urbana. Prosseguiu, informando que a requalificação da EB1 de Souto Santa Maria, cujo projeto está concluído, vai avançar, porque o problema da linha de água, que levou ao atraso, já se encontra resolvido com a Agência Portuguesa do Ambiente. Anunciou que a EB1 de Cruz D'Argola, conforme projeto já concluído, sofrerá uma alteração total, incluindo uma ampliação, prevendo-se submeter a obra a concurso em 2024. Por fim, a respeito da construção do pavilhão gimnodesportivo na EB 2,3 João de Meira, esclareceu ter reunido, na passada semana, com os técnicos responsáveis pela elaboração do projeto, de modo a poder dar-se início à construção o mais rapidamente possível.-----

A Vice-presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida, Ana Paula Cardoso Lemos Damião, André Filipe Mendes de Castro e Sousa Casalta, Ana Margarida da Costa Teixeira, André Faria Ferreira, César Nuno da Costa Teixeira, Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, José Manuel Torcato Ribeiro, Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro e Paulo Miguel Lima Peixoto. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia **DELIBEROU APROVAR** a ata em minuta por maioria, com duas abstenções (Ana Paula Cardoso Lemos Damião e Manuel José Araújo Ribeiro, do Grupo Municipal do PSD). -----

Pelas zero horas e trinta minutos, do dia seguinte, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e deu por **SUSPENSA A SESSÃO**, que terá continuidade no dia 19 de dezembro, pelas 21:00 horas. -----

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 29 Fis. 21  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023  
MANDATO 2021/2025

75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. --